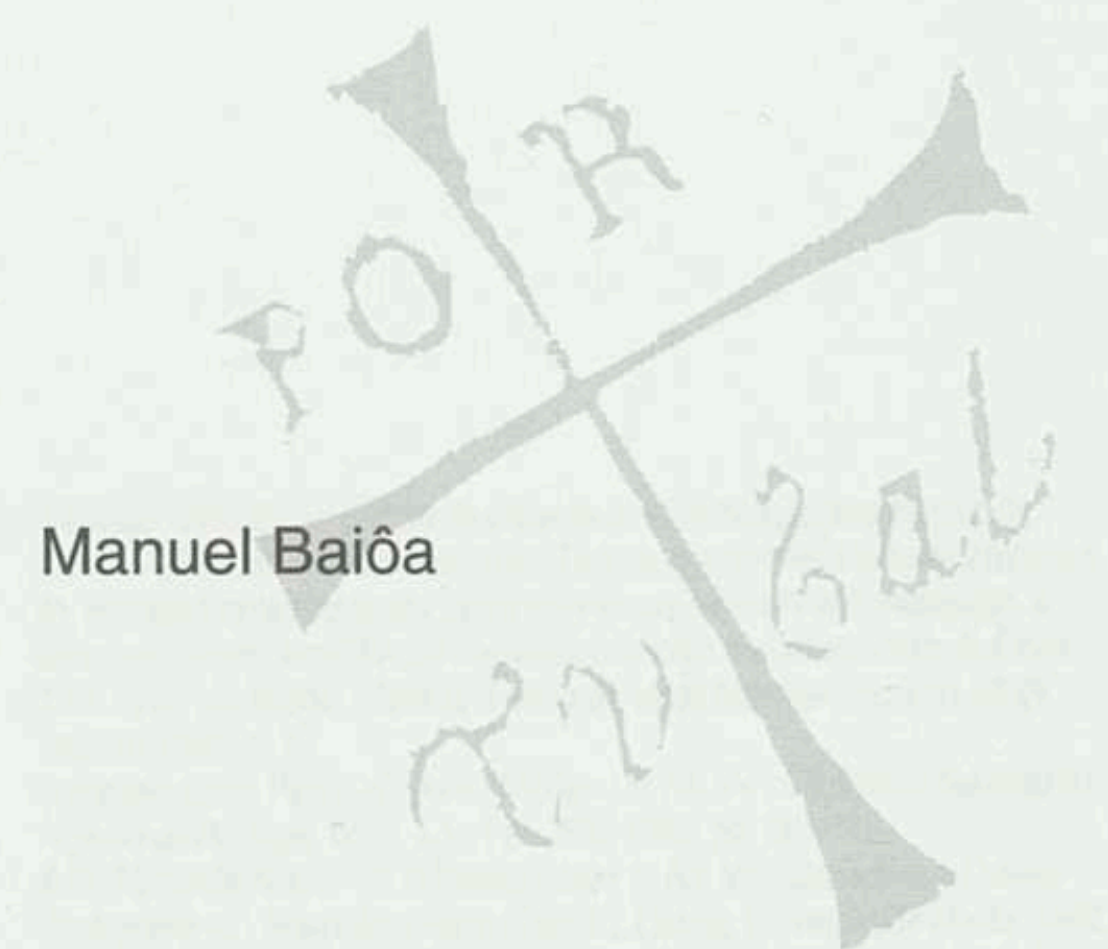


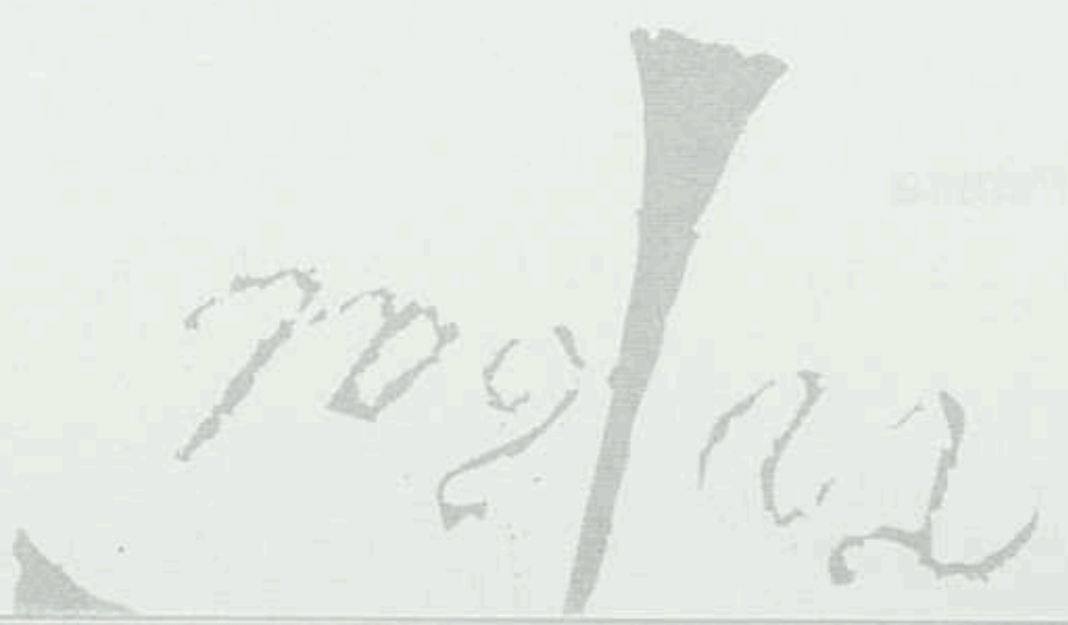
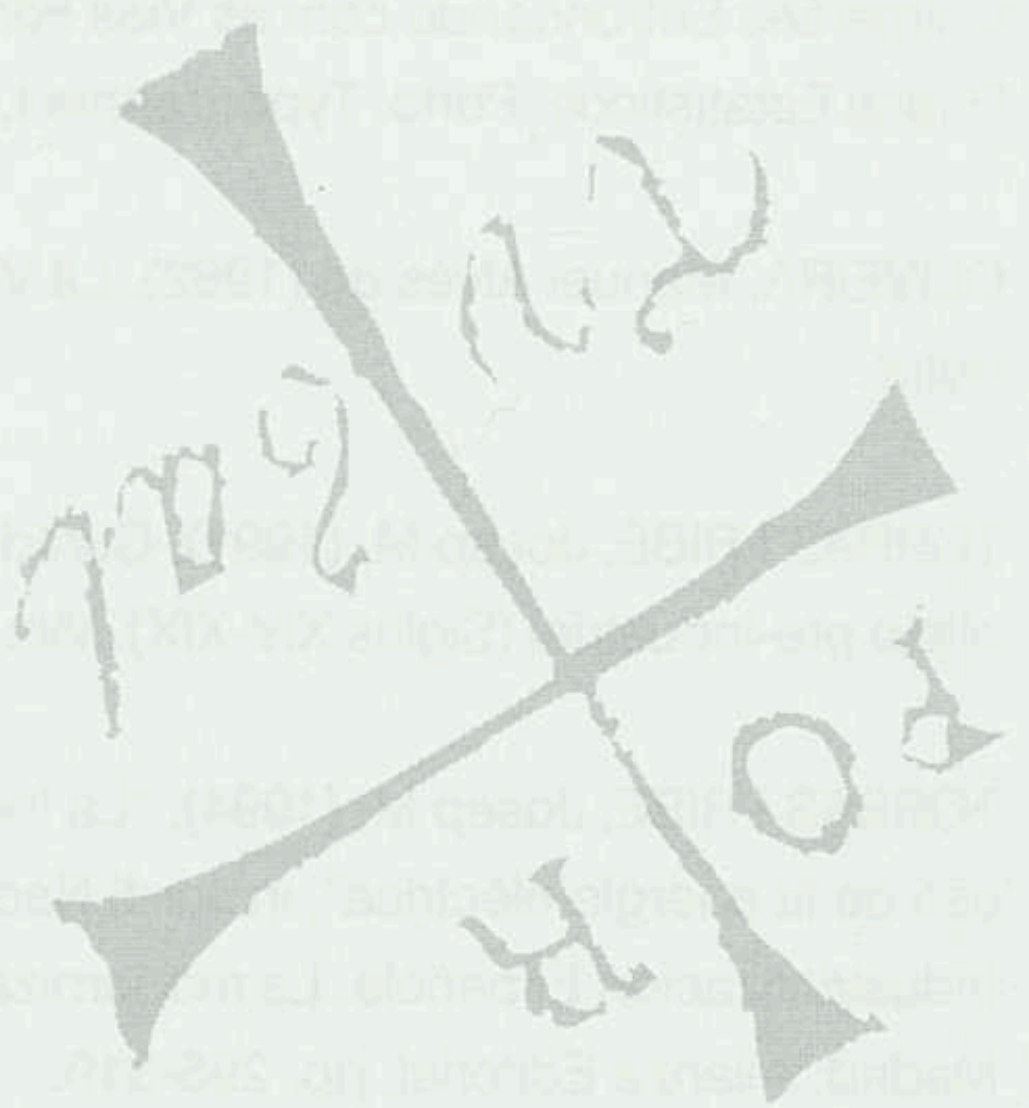
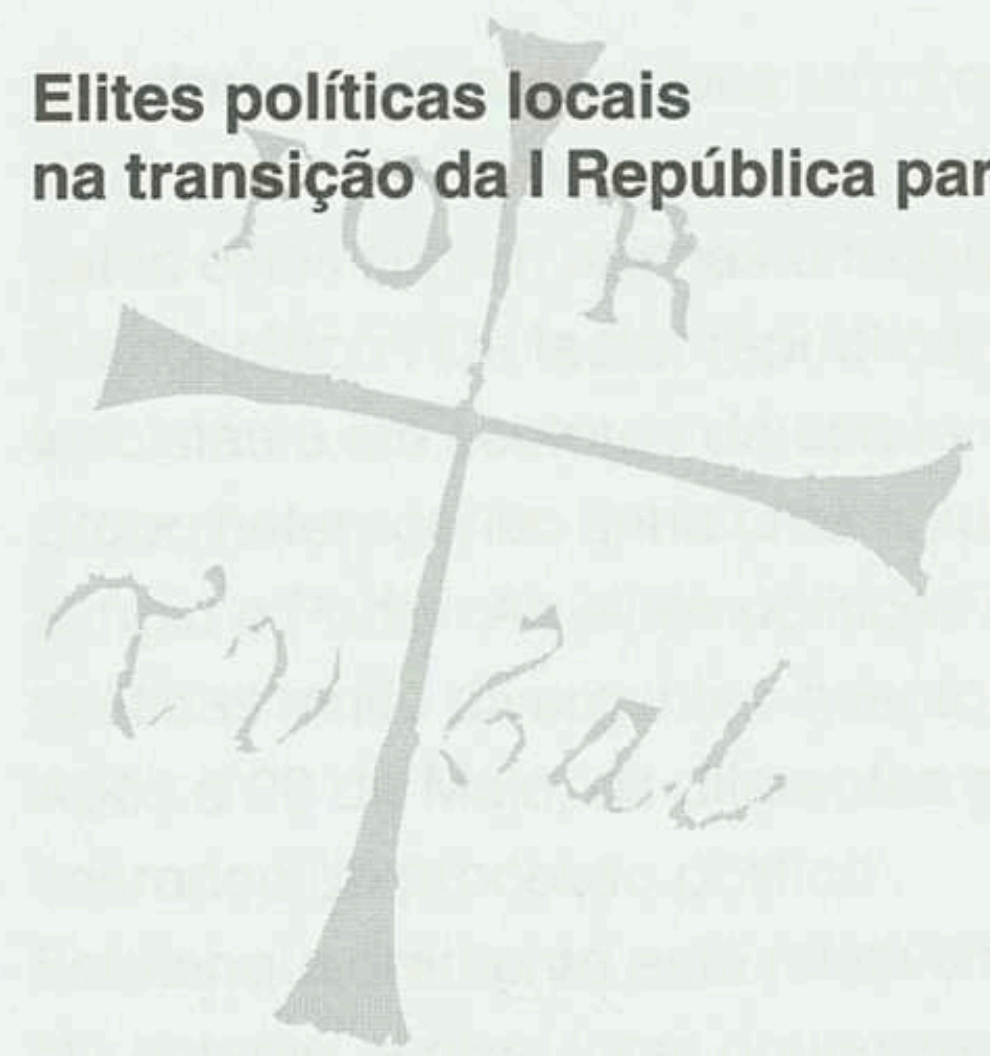


Elites políticas locais
na transição da I República para a Ditadura Militar
de introdução



Manuel Baião

Elites políticas locais
na transição da I República para a Ditadura Militar



Elites políticas locais na transição da I República para a Ditadura Militar

1. Introdução

A historiografia portuguesa tem considerado o golpe militar de 28 de Maio de 1926 como um movimento que aglutinou diversas elites políticas divergentes. Estas elites tinham apenas um objectivo comum – derrubar do Poder o Partido Democrático². De facto, republicanos conservadores, liberais, monárquicos, fascistas e até sectores da esquerda republicana apoiaram o golpe militar³. *Este grupo* heterogéneo tinha uma unidade muito ténue, que desapareceu quando atingiu o Poder. As elites políticas apoiantes do 28 de Maio pertenciam a *famílias* políticas muito divergentes quanto ao modelo político a implementar. Após o 28 de Maio, os diferentes grupos que apoiaram o golpe lutaram pela liderança do processo político⁴.

Este enquadramento está relativamente bem estudado a nível central. No entanto, a nível local pouco se sabe. Como foi acolhido o 28 de Maio? Quais as forças políticas que o apoiaram? Quem subiu ao Poder após o golpe? Estas são algumas questões que procuramos responder com este estudo, no qual tentamos identificar e caracterizar as personagens políticas que intervieram no processo de transição da I República para a Ditadura Militar em duas cidades alentejanas – Évora e Portalegre.

¹ Estudo realizado no âmbito do projecto de investigação financiado pela JNICT, «Elites em contexto regional: Família, património e rede de interesses no Alentejo Contemporâneo», desenvolvido pelo Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Évora.
² Cf. Fernando Rosas, «Apenas o início da longa Marcha», *Público*, 28 de Maio de 1996, p. 19.
³ António Costa Pinto, «Ditadura Militar», in AA. VV., *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, Vol. I, s. 1., Pub. Alfa, 1985, pp. 191-192.
⁴ Cf. Fernando Rosas, «2. O Estado novo» in AA. VV., *Sociedade e Cultura Portuguesa – 2*, Maria José Ferro (Coord.), Lisboa, Universidade Aberta, 1990, p. 301; Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*, «História de Portugal», Direcção de José Mattoso, Vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 151-164; António Costa Pinto, «O comboio misterioso de Salazar», *Expresso – Revista*, 1 de Junho de 1996, pp. 104-107.

2. Confronto político no final da I República

Os grandes problemas políticos da I República persistiam ainda em 1925 e alguns deles tendiam para um agravamento:

– A permanência constante do P.R.P. no governo, tinha levado a um desgaste político das figuras emblemáticas do partido. As constantes acusações de corrupção e a não resolução dos problemas sociais levaram a um ataque cada vez mais cerrado da oposição. Em simultâneo, constantes dissidências fragilizavam o maior partido da República⁵.

– Para os sectores mais conservadores a *República* tinha cedido em demasia às reivindicações operárias, e por isso sentiam-se traídos pelo Partido Democrático. O operariado, pelo contrário, julgava que os avanços em termos sociais tinham sido diminutos⁶.

– Durante a I República verificou-se uma crise de representatividade e de participação política de grande parte da população, provocada pela dificuldade de acesso às instituições políticas. Esta situação foi uma das principais causas de deslegitimação e instabilidade da República⁷, e provocou que lentamente tanto à direita do P.R.P. como à esquerda deste, um vasto grupo heterogéneo se uni-se num objectivo comum – o derrube do Partido Democrático do Poder. Em vários locais da «província» onde têm sido realizadas investigações, foram detectados alguns sinais que vão ao encontro deste enquadramento geral. O Partido Democrático no final da República viu a sua liderança histórica ser ameaçada por coligações políticas que o queriam afastar do Poder.

⁵ Maria Cândida Proença *Municipais em Sintra, 1910-1926*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1987, p. 54.

⁶ *Ibidem*.

⁷ Fernando Farelo Lopes, *Poder político e caciquismo na 1.ª República Portuguesa*, Editorial Estampa, Lisboa, p. 11.

2. Confronto político no final da I República

2.1. O Caso de Évora⁸

2.1.1. eleições legislativas de 1925

Em Évora as eleições legislativas de 1925 foram muito disputadas, e o Partido Democrático, viu a sua liderança histórica no concelho ficar comprometida pela subida do Partido Nacionalista à direita e pela dissidência da Esquerda Democrática à esquerda. Participaram ainda nas eleições o Partido Radical e a União dos Interesses Económicos.

É curioso assinalar que os dois maiores adversários a nível Nacional (nacionalistas e democráticos), consertaram uma espécie de aliança no concelho e no círculo contra o seu principal adversário, a Esquerda Democrática⁹. Os nacionalistas divulgaram pequenos artigos na imprensa local sobre a propaganda política dos democráticos, realçando os ataques aos canhotos¹⁰. Os dois partidos publicaram em conjunto um alerta aos eleitores para o facto de poderem existir tentativas de irregularidades no acto eleitoral contra as suas candidaturas¹¹, e concorreram nas eleições inseridos no mesmo boletim de voto.

Podemos verificar pela análise do gráfico I, que o candidato mais votado foi Marques da Costa¹² do Partido Nacionalista com 2246 votos, seguido respectivamente de Nunes Mexia¹³ da União dos Interesses Económicos com 1870 votos e de Manuel Fragoso¹⁴ do Partido Democrático com 1727 votos. Estes foram os candidatos eleitos¹⁵. Os candidatos da Esquerda Democrática estiveram perto da eleição, Guerreiro Júnior¹⁶ obteve 1716 votos e Pedro dos Santos¹⁷ 1567 votos. Pelo contrário, os candidatos do Partido Radical obtiveram resultados pouco significativos, Gomes da Costa¹⁸ obteve 269 votos e Álvaro Bossa da Veiga¹⁹ 234 votos.

A nível Nacional o Partido Democrático conseguiu novamente uma confortável maioria, obtendo 83 dos 163 deputados (50,9%). O Partido Nacionalista, foi o segundo partido com mais deputados, obteve 36. Esquerdistas e a U.I.E. obtiveram apenas 6 deputados²⁰.

⁸ Veja-se este tema mais desenvolvido no estudo, Manuel Baião, *Elites políticas locais na transição da I República para a Ditadura Militar (1925-1926)*. O caso de Évora, Trab. pol., F.C.S.H./U.N.L., 1996.

⁹ Esta situação contraria aparentemente a «tese» defendida neste artigo de que as alianças a nível local eram feitas contra o P.R.P.. No entanto, temos de referir que a Esquerda Democrática era no concelho de Évora a «herdeira natural» do P.R.P., já que parte da direcção distrital e concelhia do Partido Democrático passou para os canhotos. A Esquerda Democrática transformou-se assim, no principal adversário político das forças conservadoras.

¹⁰ Num comício democrático em Montemor-o-Novo, foi realçado o facto de os participantes terem reduzido «às proporções devidas as catilinárias que na passada semana ali foram proferidas pelos propagandistas do *canhalismo*, cujo valor é nulo naquela localidade». Informa ainda o mesmo artigo, que havia muito interesse em que o líder nacionalistas de Évora, Dr. Marques da Costa realizasse uma conferência, *Democracia do Sul*, 5 de Novembro de 1925, p. 4.

¹¹ «Aos Eleitores.

A comissão encarregada da distribuição das listas para a eleição dos deputados srs. Dr. Alberto Jordão Marques da Costa e Manuel Fragoso, previnem os eleitores que os quiserem honrar com o seu voto, do seguinte: Inimigos políticos daqueles republicanos, pretendem, por qualquer forma, inclusivamente com manchas de tinta ou qualquer outro ingrediente, inutilizar, no dia da eleição ou quando a ocasião se lhes proporcionar nas listas distribuídas com os seus nomes.

Portanto, que nenhum dos eleitores a quem tais listas sejam entregues, as confie á observação sejam de quem for. Desconfiar de todos é neste momento o dever daqueles que desejem votar nos srs. Dr. Alberto Jordão e Manuel Fragoso». *Democracia do Sul*, 5 de Novembro de 1925, p. 4.

¹² Dr. Alberto Jordão Marques da Costa, Reitor do Liceu Central de André de Gouveia, advogado e Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Évora em 1925. Era o líder nacionalista em Évora, e já tinha sido deputado pelo Partido Democrático e Reconstituente.

¹³ Dr. Joaquim Nunes Mexia, advogado e lavrador de Mora. Foi Deputado durante a Monarquia e Ministro da Agricultura na Ditadura Militar.

¹⁴ Manuel Fragoso era escrivão de direito e antigo deputado do P.R.P.

¹⁵ Nas primeiras votações realizadas em 8 de Novembro, Guerreiro Júnior (E.D.) obteve uma votação superior a Manuel Fragoso (P.R.P.), respectivamente 1701 votos e 1633 votos. Contudo, o Partido Democrático protestou este resultado devido a uma irregularidade que surgiu numa acta de eleição no concelho de Portel (duas actas referiam o que o candidato Manuel Fragoso tinha obtido 216 votos e uma acta referia que tinha obtido 316 votos). As eleições voltaram a repetir-se por decisão da Primeira Comissão de

Poderes da Câmara dos Deputados no dia 28 de Fevereiro nesse concelho. Concorreram apenas os candidatos que ainda tinham hipóteses de conseguir ser eleitos (atendendo ao número de eleitores do concelho de Portel): Manuel Fragoso; Nunes Mexia; Guerreiro Júnior. Nestas eleições Nunes Mexia obteve 317 votos, Manuel Fragoso 311 e Guerreiro Júnior 107, o que determinou a eleição dos primeiros para deputados. Arquivo Histórico Parlamentar. Eleições Legislativas de 1925. Círculo n.º 34 (Évora), secção IX, Caixa n.º 448, 1.º e 2.º Acórdãos da Primeira Comissão de Poderes da Câmara dos Deputados.

¹⁶ O Dr. Luiz António Guerreiro Júnior era médico cirurgião, assistente da Faculdade de Medicina de Lisboa e antigo deputado do P.R.P..

¹⁷ João Pedro dos Santos era funcionário público e antigo dirigente do P.R.P.

¹⁸ Manuel D'Oliveira Gomes da Costa era General do exército e antigo comandante da 4.ª região militar, sediada em Évora. Irá liderar mais tarde o «28 de Maio».

¹⁹ Médico de Lisboa.

²⁰ Fernando Farelo Lopes, *ob. cit.*, p. 33.

2. Confronto político no final da I República

2.1. O Caso de Évora

2.1.2. Eleições administrativas de 1925

As eleições para a Câmara Municipal mostraram-se bastante disputadas em 1925, já que concorreram três listas: a Lista do Partido Nacionalista chamada por eles de «Lista do Concelho», a Lista da Esquerda Democrática e a Lista das Juventudes Monárquicas.

As eleições administrativas como então se chamavam eram diferentes das legislativas, na visão da *Democracia do Sul*, estas tinham um «cunho mais acentuadamente político do que aquelas. E enquanto na escolha das pessoas que hão de gerir os órgãos municipais é possível um certo número de transigências, na indicação dos representantes do povo em cortês não é fácil decorosamente transigir»²¹. Nas listas administrativas devia-se apresentar ao eleitorado os melhores e mais competentes cidadãos de cada concelho²². O órgão do Partido Nacionalista estava a tentar explicar aos eleitores o motivo pelo qual na Lista Nacionalista figuravam alguns monárquicos, como alguns homens da esquerda democrática, que também participavam nas outras listas partidárias.

Nas eleições administrativas existia o sistema de lista incompleta (apresentavam-se 15 candidatos efectivos para 20 lugares). Era permitido acrescentar nomes de candidatos que não faziam parte da lista, riscar aqueles que os eleitores não gostassem e era ainda possível uma pessoa concorrer por duas listas. Os partidos políticos aproveitaram este facto para captarem o maior número de votos, através da inclusão de personalidades de prestígio e influência no meio local.

Para os nacionalistas a sua lista não obedeceu ao critério do facciosismo político, «não se subordinou aos interesses deste ou daquele partido.

As várias correntes de opinião estão ali representadas, as diversas classes sociais encontram nessa lista individualidades do seu meio.

Houve uma preocupação: pôr de lado a política e ir buscar simplesmente quem, pelo seu passado, seja julgado possuidor de qualidades administrativas»²³.

Os mesmos nacionalistas achavam que a mesma procura de eclectismo dos monárquicos era «inatingível»²⁴. A Lista dos Nacionalistas pelo contrário tinha uma «orientação moderada e absolutamente irredutível com o esquerdismo, e com os pregadores da doutrina da divisão da propriedade»²⁵. Segundo os nacionalistas os ideais da Lista Esquerdista deveria ser a oposta da Lista das Juventudes Monárquicas. Por esse motivo referem: «A impressão que nos dá a lista monárquica é a de que os monárquicos locais, entendem que é possível ser eclético sem restrições, é possível misturar o bom com o mau sem que a repulsa lógica se manifeste»²⁶. Esta lista é considerada «uma manta de retalhos demonstrativa duma tão grande falta de fé, duma tão grande dose de incoerência, que nos leva a duvidar das faculdades mentais seus organizadores (...). Dela fazem parte sete nomes da chamada Juventude Monárquica. Os

21 *Democracia do Sul*, 15 de Novembro de 1925, p. 1.

22 *Ibidem*.

23 *Democracia do Sul*, 18 de Novembro de 1925, p. 1.

24 *Democracia do Sul*, 20 de Novembro de 1925, p. 4.

25 *Ibidem*.

26 *Ibidem*.

restantes oito foram pescados nas outras duas listas»²⁷. A Lista Esquerdista é considerada pelos nacionalistas composta por «políticos, em que os esquerdistas republicanos aparecem conluídos com comunistas e demais que na política andam... por ver andar os outros, aqueles preconizando o estatismo e outros combatendo-o»²⁸.

Os esquerdistas viam a Lista Nacionalista como sendo «constituídas por valores sidonacionalista(...) á imagem e semelhança de actual vereação»²⁹, enquanto a Lista Monárquica é vista como inimiga nos ideais, embora fossem «leais adversários na luta»³⁰ política. Os canhotos afirmavam que a sua lista era formada por «velhos e desinteressados republicanos, por verdadeiros amigos de Évora, como por várias vezes o teem demonstrado»³¹. Não era constituída por falsos republicanos, que «hoje são *conservadores* por conveniências pessoais, como amanhã serão *bolchevistas* se as mesmas conveniências, a isso os obrigarem»³².

Na verdade, 16 candidatos que participam na Lista Monárquica, também o fazem na Lista Esquerdista e Nacionalista, respectivamente 8 em cada uma, e há um candidato que participa na Lista Esquerdista e Nacionalista.

Na Lista do Partido Nacionalista predominam em termos profissionais os industriais, os lavradores e os comerciantes. Advogados, funcionários públicos e professores tem um peso médio. Convém ainda referir que desta lista fazem parte o Reitor do Liceu, o Secretário, Vice-Presidente e Presidente da Associação Comercial e Industrial de Évora, bem como o Director do Sindicato Agrícola e um representante do desporto eborense. É uma lista com ligações estreitas aos sectores mais influentes da cidade de Évora.

A Lista Esquerdista era a mais heterogénea na sua composição, embora predominassem industriais e proprietários. No entanto, assalariados, operários, empregados de serviços também tinham um peso considerável, o que pode indicar uma tentativa de aproximação aos eleitores próximos destes sectores socio-profissionais.

Em relação à Lista Monárquica, os proprietários dominam seguidos dos lavradores e dos industriais. Há depois uma séria de profissões diversificadas mas com pouco peso. Nesta Lista há alguns elementos da elite ligada aos interesses da «terra» e da «lavoura», tendo tido alguns participação política activa na Monarquia, ou então provêm de famílias que a tiveram³³.

Nas eleições administrativas venceram os nacionalistas, conseguindo a Esquerda Democrática as minorias. Os nacionalistas obtiveram 13 vereadores e os canhotos 7. Os esquerdistas conseguiram vencer nas freguesias de S. Mamede, São Manços e Machede, em Santo Antão venceram por escassa margem. Nas outras freguesias os nacionalistas venceram, normalmente com uma vantagem considerável³⁴.

27 *Democracia do Sul*, 22 de Novembro de 1925, p. 4.

28 *Ibidem*.

29 «Eleições administrativas», *O Democrático*, 19 de Novembro de 1925, p. 1.

30 *Ibidem*.

31 *Ibidem*.

32 *Ibidem*.

33 cf., Helder Edegar Fonseca, *O Alentejo no Século XIX. Economia e atitudes económicas*, Lisboa, INCM, 1996.

34 *Notícias d'Évora*, 25 de Novembro de 1925, p. 1-2.

A maioria nacionalista conseguiu facilmente eleger a comissão executiva da Câmara Municipal para o ano de 1926, sendo a totalidade dos elementos da sua lista³⁵. A presidir a Comissão Executiva ficou o conceituado advogado Domingos Rosado³⁶, como Vice-Presidente o professor Ramalho Franco³⁷.

Em Évora surgiu uma «Lista do Concelho» agrupando elementos conservadores. Esta «união» não teve como adversário o P.R.P., como era hábito noutros locais, mas o seu «descendente directo» nesta cidade – a Esquerda Democrática.

³⁵ Cf. *Notícias d'Évora*, 5 de Janeiro de 1926, p. 1.

³⁶ Domingos Victor Cordeiro Rosado, Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, Antigo deputado e Governador Civil de Évora. Foi ainda um importante dirigente do partido liberal nesta cidade.

³⁷ Cf. *Notícias d'Évora*, 13 de Janeiro de 1926, p. 1.

2. Confronto político no final da I República

2.2. O caso de Portalegre³⁸

2.2.1. Eleições legislativas de 1925

Em Portalegre nas eleições legislativas de 1925 os monárquicos conseguiram eleger dois senadores pelo distrito de Portalegre João de Azevedo Coutinho³⁹ (3885 votos) e Álvaro César de Mendonça⁴⁰ (3289 votos), enquanto os democráticos apenas conseguiram eleger o independente republicano, Henrique José Caldeira Queirós⁴¹ (3502 votos). O prestigiado democrático Jorge Velês Caroço⁴² ficou à beira da eleição (3228 votos⁴³). Os outros candidatos obtiveram resultados pouco significativos⁴⁴.

Na eleição para a Câmara de Deputados no círculo de Portalegre Severino de Santana Marques⁴⁵ da União dos Interesses Económicos foi o mais votado (1957 votos). Este candidato concorreu na mesma lista conservadora com o candidato monárquico Mário Augusto Miranda Monteiro⁴⁶ (1892 votos), que por dois votos não foi eleito. Os candidatos democráticos João José da C. Camoêsa⁴⁷ e o candidato Baltazar d'Almeida Teixeira⁴⁸ obtiveram 1894 votos, sendo os dois eleitos. Os outros candidatos obtêm resultados muito distantes destas duas listas: António Correia, republicano independente e regionalista (892 votos); Bartolomeu Denis Soares, nacionalista (493 votos); Justiniano Augusto Esteves, radical (118 votos); António Casimiro da Costa, republicano independente, (35 votos).

Como podemos verificar, os monárquicos e a aliança destes com a União dos Interesses Económicos (na eleição para a Câmara dos deputados) são os grandes rivais dos democráticos no distrito de Portalegre⁴⁹ e no círculo de Portalegre⁵⁰. Os democráticos tinham plena consciência desta realidade. Mesmo antes das eleições, no seu órgão, *A Plebe*⁵¹, referiam que em «Portalegre há duas listas em luta. Duas listas apenas: a do P.R.P. e a monárquica. Porque as outras ou são monárquicos disfarçados ou são de partidos que não teem força apreciavel no círculo»⁵².

O principal visado pelas críticas de *A Plebe* era neste período o director do jornal *O Distrito de Portalegre* Severino de Santana Marques, que pelo seu passado monárquico era tido como um elemento de pouca isenção política⁵³. A União dos Interesses Económicos era considerada uma «organização política disfarçada»⁵⁴. Já que segundo *A Plebe*, ao verificar que podia perder as eleições para o P.R.P., o «órgão monárquico (...) [*O Distrito de Portalegre*] sem o menor Rebuço sem o mais leve vislumbre de vergonha, sem respeito algum pelas afirmações anteriormente feitas, recomendaram com o maior descaramento a votação em chapa nos candidatos monárquicos e da união dos interesses»⁵⁵. Santana Marques por seu lado, criticou duramente os democráticos por tudo aquilo que fizeram no Poder⁵⁶ e os nacionalistas, «seus vigários»⁵⁷. Defendia o voto em «candidato cuja vida seja modelo de honestidade, de desinteresse, de elevação moral». Perante o momento tão grave na vida nacional «o critério político» teria «de ser subjugado pela necessidade urgente da salvação

³⁸ Veja-se Manuel Baião «Elites Políticas Locais Face ao «28 de Maio». O caso de Portalegre», *IBN MARWAM*, Revista Cultural do Concelho de Marvão, N.º 6, 1996, (no prelo).

³⁹ Artigo oficial da armada. *Distrito de Portalegre*, 18 de Outubro de 1925, p. 1.

⁴⁰ Oficial da cavalaria, ministro da guerra com Sidónio Pais, *Distrito de Portalegre*, 18 de Outubro de 1925, p. 1.

⁴¹ Prestigiado político do alto Alentejo. Veja-se biografia, António Ventura, *Publicações periódicas de Portalegre (1836-1974)*, Câmara Municipal de Portalegre, Portalegre, 1991, p. 70.

⁴² Governador da Guiné (1924-26) e um dos políticos naturais de Portalegre mais importante. Veja-se biografia, António Ventura, *ob. cit.*, p. 45.

⁴³ *A Plebe*, 22 de Novembro de 1925, p. 2.

⁴⁴ Nomeadamente, os candidatos José Nunes Tierno da Silva (1129 votos); José Velês Caroço, Nacionalista (723 votos); Manuel Geraldo Cassala, Radical (167 votos); Virgílio Lusitano, Radical (118 votos).

⁴⁵ Exercia medicina em Portalegre sendo um dos elementos conservadores mais influente na região. Foi Deputado do Partido Progressista no final da Monarquia e Deputado Monárquico em 1921. Em 1925 foi eleito Deputado pelo U.I.E. É ainda Director do *Distrito de Portalegre* e fundador do Sindicato Agrícola de Portalegre. Veja-se biografia, António Ventura, *ob. cit.*, pp. 79-80.

⁴⁶ Lavrador e antigo parlamentar, *O Distrito de Portalegre*, 19 de Outubro de 1925, p. 1.

⁴⁷ Importante elemento do P.R.P.. Foi Deputado em várias legislaturas e Ministro da Instrução em 1923 e em 1925. Era natural de Elvas. Veja-se biografia, António Ventura, *ob. cit.*, p. 90.

⁴⁸ Director de *A Plebe* (1914-1916, 1924-1932). Veja-se biografia, António Ventura, *ob. cit.*, p. 71.

⁴⁹ Eleição para a Câmara dos Senadores.

⁵⁰ Eleição para a Câmara dos Deputados.

⁵¹ Jornal semanal, órgão da Federação Municipal do Partido Republicano Português no círculo de Portalegre. Dirigido pelo Dr. Baltazar Teixeira, eleito deputado em 1925 pelo círculo de Portalegre.

⁵² «A Uma pelo P.R.P.», *A Plebe*, 25 de Outubro de 1925, p. 1.

⁵³ «A Máscara que caiu», *A Plebe*, 1 de Novembro de 1925, p. 2.

⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵ *Ibidem*.

⁵⁶ Santana Marques revela um espírito conservador e tradicionalista nos seus textos. Para o Director de *O Distrito de Portalegre*, a vida do campo tinha sido completamente alterada e os culpados eram os democráticos e os «13 anos de estúrdia» republicana. «Onde param aqueles dias felizes do nosso camponês, escanhoado de cara, limpo de fato; sereno de consciência; atencioso de maneira, pisando a mesma estrada dos seus maiores levando-o invariavelmente ao templo, rodeado da família? Como era encanto ve-los no regresso ao lares, retemperados de vigor espiritual, para o recomeço da sua tarefa honesta e productiva. Que é feito daquelas romarias cheias de grandeza poética, em que os novos honestamente se divertiam contemplados pelo olhar radioso dos velhos saudosos do entusiasmo daquelas idades? Que caminho levou aquele trajar querrido, de fresco sabor regional, tão admirado pelos estranhos e tão querido da nossa velha gente? Já nos não entendemos nem conhecemos! Reira a desconfiança nos negócios, a confusão nos contratos, a bastardia nos usos.

O espartilho, o salto de cunha, a falta das mangas, o excesso da cutis á vela, reinando nas cidades e já com largos tentáculos nas aldeias, são bem um produto desta nossa gerência publica». Severino de Santana Marques, «eleições», *O Distrito de Portalegre*, 26 de Setembro de 1925, p. 1.

⁵⁷ *Ibidem*.

comum». Santana Marques estava a tentar explicar que a diferença entre um candidato monárquico e um candidato republicano estava apenas na «competência, insenção [e] aprume moral»⁵⁸. Os bons candidatos «são os representantes das forças conservadoras e económicas, quer sejam de tendência monárquicas quer republicanas»⁵⁹. Por esse motivo integrou-se enquanto candidato do U.I.C. numa lista com um elemento monárquico nas eleições legislativas de 1925.

⁵⁸ *Ibidem*.

⁵⁹ Severino de Santana Marques «Em plena efervescência eleitoral» *O Distrito de Portalegre*, 18 de Outubro de 1925, p. 1.

2. Confronto político no final da I República

2.2. O caso de Portalegre

2.2.2. Eleições administrativas de 1925

Nas eleições administrativas para a Câmara Municipal de Portalegre que decorreram no dia 22 de Novembro de 1925 concorreram duas listas. A lista denominada «Da Cidade» era formada por conservadores de tendência republicana e monárquica, sendo apoiada pel' *O Distrito de Portalegre*. A lista de «Conjunção Republicana» era liderada por elementos do Partido Republicano Português com a inclusão de republicanos independentes, tendo o apoio d' *A Plebe*. A lista conservadora era liderada pelo o Dr. José Augusto de Sequeira, antigo Senador. Integrava também esta lista o futuro dirigente concelhio da União Nacional, João do Monte Empina⁶⁰.

A Lista de «Conjunção Republicana» era liderada pelo Presidente da Concelhia do P.R.P., João de Brito. Nesta lista participava também o professor do Liceu Nacional de Portalegre, António Raul Galiano Tavares que posteriormente será presidente da distrital de Portalegre na União Nacional⁶¹.

A lista conservadora foi derrotada por um resultado expressivo⁶². Foram eleitos todos os cidadãos da lista de «Conjunção Republicana» (15 elementos), já que obtiveram a maioria. A lista conservadora obteve a minoria, e elegeu os cinco cidadãos mais votados para o Senado Municipal. No dia 2 de Janeiro de 1926 na 1.ª reunião do Senado Municipal após as eleições, os elementos da «Conjunção Republicana» conseguiram eleger facilmente a Comissão Executiva da Câmara Municipal formada totalmente pelos seus membros e presidida por Adelino do Carmo Brito⁶³.

Formaram-se grupos políticos com alguma heterogeneidade tendo por objectivo retirar a hegemonia do Partido Democrático em Portalegre. Nas eleições legislativas conseguiram parcialmente o seu objectivo, com o auxílio dos lavradores dos meios rurais⁶⁴. Nas eleições administrativas, a lista liderada pelos democráticos conseguiu vencer claramente numa região mais urbana, e por isso, mais adversa aos sectores conservadores.

⁶⁰ António Ventura, *ob. cit.*, p. 72.

⁶¹ *Ibidem*, p. 131.

⁶² Os candidatos da lista conservadora obtiveram votações que oscilaram entre os 390 votos e os 478 votos. Os candidatos da lista de conjunção republicana obtiveram votações que oscilaram entre os 788 votos e os 897 votos. «A média de diferença de votação é» de «429.5 votos por candidatos à Câmara Municipal». «Assembleia de apuramento», *A Plebe*, 6 de Dezembro de 1925, p. 2.

⁶³ «Câmara Municipal», *A Plebe*, 3 de Janeiro de 1926, p. 2.

⁶⁴ Segundo a opinião do órgão democrático, *A Plebe*, 15 de Novembro de 1925, p. 1.

2. Confronto político no final da I República

2.3. As «alianças locais contra o P.R.P.

O aparecimento de coligações «contra» o P.R.P parece ter sido um facto bastante generalizado durante a «Nova República Velha». As poucas investigações que têm sido realizadas apontam neste sentido⁶⁵.

Em Castelo de Vide surgia sempre, segundo o órgão democrático *A Plebe*, nas eleições administrativas «o célebre bloco antidemocrático»⁶⁶, combinação de monárquicos e de republicanos contra o P.R.P.. Nas eleições de 1925 conseguiram novamente obter a vitória nas eleições administrativas.

Em Torres Novas nas eleições administrativa de 1922 «a maioria coube aos católicos e liberais e a minoria aos democráticos»⁶⁷. Nas eleições de 1925 a maioria coube à Lista Católica Nacionalista, a minoria aos dissidentes (do P.R.P.), e em último lugar ficou a Lista Democrática⁶⁸.

Maria Cândida Proença no seu estudo sobre as eleições administrativas em Sintra constatou que o P.R.P. conseguiu vencer claramente as eleições camarárias até 1919. Contudo, em 1922 perdeu as eleições para uma lista «Regional» de tendência monárquica e liberal⁶⁹. Em 1925 concorreu a Lista da Esquerda Democrática (que englobava dissidentes do P.R.P., independentes e democráticos) e a «Lista Regional» integrando nacionalistas, independentes e monárquicos⁷⁰. A Lista da Esquerda Democrática venceu embora por escassa margem⁷¹.

Na Anadia a partir das eleições de 1917 os democráticos perderam a liderança da Câmara Municipal, para uma «Conjunção» de monárquicos conservadores. Este período vitorioso apenas foi interrompido nas eleições de 1922, nas quais uma «Lista Republicana» venceu as eleições embora sem a maioria⁷².

Nas Caldas da Rainha durante os anos vinte, grupos conservadores heterogéneos detém a hegemonia da governação da Câmara Municipal. Nas eleições municipais de 1922 os reconstituintes apresentaram lista para a maioria e uma coligação de democráticos e liberais apresentaram lista para a minoria⁷³. Os reconstituintes elegeram 12 vereadores para o Senado, tendo liberais e democráticos eleito apenas 4 vereadores (2 para cada um)⁷⁴. Porém, estas eleições não foram validadas. Foi necessário repetir as eleições, práticas aliás muito comum na I República. As novas eleições viriam a realizar-se apenas no dia 9 de Setembro de 1923, desta vez disputadas para a maioria (12 lugares) pela Lista Nacionalista e para minoria por uma Lista de Independentes (ex-liberais e ex-democráticos)⁷⁵. Esta eleição foi no entanto, novamente contestada e anulada por acção dos democráticos⁷⁶. O novo acto eleitoral decorreu no dia 16 de Março de 1924, desta vez disputado por duas listas que concorreram pela maioria: a «Lista do Concelho» (era formada por independentes com a inclusão de alguns democráticos e monárquicos)⁷⁷, e a Lista Nacionalista. Venceu a «Lista do Concelho», por uma margem reduzida⁷⁸. Os nacionalistas contestaram as eleições, no entanto não obtiveram êxito. Os democráticos que tinham

⁶⁵ Veja-se, João B. Serra, «Os poderes locais: administração e política no 1.º quartel do séc. XX» in César Oliveira (Dir.), *História dos Municípios e do poder local*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1995, pp. 264-280.

⁶⁶ *A Plebe*, 6 de Dezembro de 1925, p. 1.

⁶⁷ *O Almonda*, n.º 175, 17 de Janeiro de 1922, cit. por António Mário Lopes dos Santos, *Torres Novas na Primeira República*, Serviços Culturais da Câmara de Torres Novas, 1992, p. 284.

⁶⁸ *O Almonda*, n.º 331, 28 de Novembro de 1925, cit. por António Mário Lopes dos Santos, *ob. cit.*, p. 309.

⁶⁹ Maria Cândida Proença, *ob. cit.*, p. 49.

⁷⁰ *Idem*, p. 71.

⁷¹ *Idem*, pp. 74-75.

⁷² Nuno Rosmaninho, *Anadia durante a Primeira República (1910-1926)*, *O Poder Local*, Casa Rodrigues Lapa, Anadia, 1993, pp. 48-51.

⁷³ João B. Serra, «Caldas da Rainha, 1987-1927», in *Terras de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura*, Caldas da Rainha, Câmara Municipal, 1993, p. 435.

⁷⁴ *Idem*, p. 436.

⁷⁵ *Idem*, p. 437.

⁷⁶ *Idem*.

⁷⁷ Acusação dos nacionalistas.

⁷⁸ João B. Serra, «Caldas da Rainha, 1987-1927», *ob. cit.*, p. 438.

sempre contestado as eleições anteriores, não o fizeram, o que leva João B.

Serra a concluir que a acusação da inclusão de democráticos na «Lista do Concelho» poderá ser verdade, tendo em atenção o aparente beneplácito dos democráticos em relação a esta Lista⁷⁹. Nas eleições de 1925 a «Lista do Concelho» concorreu sozinha para disputar a maioria na Câmara Municipal. A nova Comissão Executiva ficou composta com um elemento nacionalista, eleito pela minoria e 4 elementos que transitaram da anterior vereação⁸⁰.

Estes grupos que temos vindo a identificar põem em evidência, segundo João B. Serra, «o aparecimento de uma nova plataforma política, distinta quer no plano geracional, quer na forma de encarar as relações centro – periferia tradicionalmente reservadas aos influentes dos partidos de regime»⁸¹. Os fenómenos de «regionalismo» que se materializaram no aparecimento de candidatos e deputados regionalistas (1921-1922), congressos regionais e municipais⁸², ligas e grémios regionais, e «Lista do Concelho» para as Câmaras Municipais, abrem novas perspectivas de análise para explicar a «chamada «revolta das províncias» contra Lisboa, que o mesmo é dizer, contra a República, uma das componentes do caldo de cultura em que se gerou o 28 de Maio de 1926»⁸³. A frequente formação de grupos antipartido democrático criou uma tradição sem dúvida fundamental no aparecimento e consolidação do «Movimento do 28 de Maio» a nível nacional e local.

⁷⁹ *Idem*, pp. 438-439.

⁸⁰ *Idem*, p. 441.

⁸¹ João B. Serra, «Os poderes locais: administração e política no 1.º quartel do séc. XX», *ob. cit.*, p. 276.

⁸² *Idem*.

⁸³ *Idem*.

3. O «28 de Maio» na «província»

Em Évora o golpe milita não colheu completamente de surpresa a elite política. A imprensa vinha pedindo já há algum tempo para os militares intervirem na vida política, para acabarem com a «Ditadura do Partido Democrático».

Na imprensa, a primeira notícia sobre o movimento surgiu no dia 29 de Maio de 1926, no jornal *Notícias d'Évora*⁸⁴ e fala-nos de alguns boatos que circulavam sobre uma tentativa revolucionária.

No dia 30 de Maio o Jaime Lopes Brejo⁸⁵, Governador Civil de Évora entregou governo do distrito ao secretário geral, Celestino David. Este funcionário no mesmo dia enviou um telegrama ao Ministro do Interior, informando que havia sossego no distrito⁸⁶.

As primeiras notícias divulgadas na imprensa local de Portalegre sobre o movimento do «28 de Maio» surgiram no dia 30 de Maio de 1926, embora as primeiras informações tenham chegado a Portalegre ainda no dia 28 de Maio. A *Plebe* referiu que «os regimentos foram postos de prevenção, a guarda republicana também e o Senhor Governador Civil foi para o seu Gabinete»⁸⁷, à espera de notícias mais esclarecedoras. No dia 29 de Maio o posto de T.S.F. instalado no regimento da infantaria 22, forneceu algumas informações sobre a situação no resto do País. Nesse dia chegaram a Portalegre diversos oficiais da G.N.R. de várias localidades do Distrito⁸⁸. Apesar das notícias pouco tranquilizadoras que tinham sido recebidas, o Governador Civil, Dr. Celestino Soares ainda presidiu à sessão solene da Festa Nacional de Educação Física no Liceu. Durante esse dia os oficiais da guarnição de Portalegre trocaram impressões sobre a atitude a tomar face ao movimento. Às sete horas e meia da manhã do dia 30 de Maio o tenente Jonet dirigiu-se ao «Gabinete do Sr. Governador Civil e comunicou-lhe em nome do Sr. Comandante militar, Coronel Fisher, que a guarnição aderira ao movimento militar»⁸⁹. Entretanto, o governador civil preparava-se para fazer a entrega do distrito a algum oficial quando chegou um «telegrama do Comandante Cabeçadas comunicando o triunfo do movimento e mandando que o Distrito fosse entregue ao Secretário Geral»⁹⁰. O Dr. Celestino Soares assim procedeu.

Aparentemente não houve qualquer incidente na transição do Poder em Portalegre e em Évora.

⁸⁴ *Notícias d'Évora*, 29 de Maio de 1926, p. 2.

⁸⁵ Líder histórico dos democráticos de Montemor-o-Novo. Foi exonerado por despacho de 11 de Junho de 1926 e publicado no Diário do Governo no dia 15 de Junho (Desp. n.º 138, 2.ª série).

⁸⁶ Arquivo do Governo Civil do Distrito de Évora. Copiador – Correspondência expedida de telegramas oficiais. Telegrama enviado para o Ministro do Interior em 30 de Maio de 1926.

⁸⁷ *A Plebe*, 6 de Junho de 1926, p. 2.

⁸⁸ *Idem*.

⁸⁹ *Idem*.

⁹⁰ *Idem*.

4. A imprensa local face ao «28 de Maio»

Em Évora nos primeiros dias de movimento todos os jornais apoiaram energicamente o Golpe Militar⁹¹. Incluindo até o órgão da esquerda democrática, que afirmava: «Triunfou o movimento revolucionário. Triunfou o Exército e o Povo republicano. Mais uma vez triunfou o espírito liberal e patriótico da nossa terra, mostrou a sua repulsa pelas ditaduras, calcando mais uma»⁹². Os esquerdistas chegam a atacar o presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal (nacionalista), por este estar apreensivo com o golpe, ao afirmarem, «estranhou naturalmente que esquerdistas, conservadores, forças económicas, unionistas e até alguns correligionários do Sr. Rosado fizessem causa comum, auxiliando todos o movimento»⁹³. A direcção do partido procurava ser mais cuidadosa e pedia mais algum tempo para estudar os acontecimentos, ao mesmo tempo que recomendava aos seus filiados para não prestarem auxílio ao movimento⁹⁴.

Os católicos defendem que «em nenhuma época da nossa história houve um movimento tão imponente de força e de uma unanimidade tão ardentemente desejado e tão entusiasticamente acolhido pela opinião pública»⁹⁵.

Os nacionalistas defendem a intervenção dos militares para retirarem do poder os que tinham acumulado erros sucessivos na administração⁹⁶.

Este apoio inicial foi dando pouco a pouco lugar a uma certa desconfiança. Os nacionalistas afirmaram no dia 12 de Junho que «os governantes saídos da revolução» estavam «a dar a impressão de que não se encontram bastante aptos para encararem os complexos problemas da administração pública»⁹⁷. Era o primeiro indício da que o consenso inicial estava a desaparecer, e as dissensões estavam a iniciar-se.

Em Portalegre a imprensa contrária aos democráticos mostrou-se bastante satisfeita face ao golpe militar. O *Distrito de Portalegre* refere: «quanto a nós tudo isto é o resultado da triste administração dos governos. Bastante vezes temos dito neste jornal que isto assim não é possível manter-se. E as provas vão aparecendo»⁹⁸. Segundo a *Rabeca* «após a eclosão do recente movimento revolucionário, todos os portugueses, embora na expectativa do que irá suceder, devem confiar, pelos menos em princípio, na depuradora obra nacional a que se propõem os dois chefes do movimento militar que são, positivamente, dois homens de honra e de honestidade indiscutível. Entravar a realização das suas medidas, deturpar as suas intenções que animam aqueles bravos militares bem como o competentíssimo Ministério que acaba de constituir será não querer que o País enverede pelo caminho do bem e do progresso; mais ainda: – Será um crime de lésa – Pátria»⁹⁹.

O órgão dos democráticos foi o que inicialmente menos informação forneceu aos leitores sobre o movimento. Referiu que «se começou a dizer na cidade que alguma coisa de anormal se passava lá fora»¹⁰⁰. Informou ainda, que a cidade se encontrou patrulhada durante a madrugada do dia 29 de Maio¹⁰¹. Curiosamente esse número da *Plebe* continha um artigo de João Camoêças transcrito do *Rebate*

⁹¹ A historiografia portuguesa tem sublinhado o apoio quase completo de todas as forças políticas ao golpe militar. Esta unidade inicial em torno do afastamento do Poder dos «bons» do P.R.P., rapidamente foi quebrada. Iniciou-se em seguida a luta pela hegemonia dentro do grupo apoiante do «28 de Maio». Cf., César Oliveira, «Prefácio», in Ivens Ferraz, *A ascensão de Salazar. Memórias de seis meses de governo – 1929 – do general Ivens Ferraz* (Prefácio e notas de César Oliveira), Lisboa, Ed. O Jornal, 1988; Manuel Braga da Cruz, «A Revolução Nacional de 1926: Da Ditadura Militar à formação do Estado Novo», in *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1986; Fernando Rosas, «2. O Estado Novo», *ob. cit.*; Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*, *ob. cit.*, pp. 151-206; António José Teó, *Decadência e queda da I República Portuguesa*, vo. II, Lisboa, A Regra do Jogo, 1984, pp. 137-231; Douglas L. Wheeler, *História Política de Portugal 1910-1926*, Mem Martins Pub. Europa-América s.d., pp. 260-273. A própria C.G.T. teve uma acção perante o 28 de Maio algo hesitante e por vezes contraditória. Não conseguiram mobilizar o operariado contra o golpe. Vários grupos de operários e alguns membros da Esquerda Democrática imaginaram um golpe diferente do que a realidade ocorreu. Por este motivo apoiaram o golpe nos primeiros dias. Cf. Carlos da Fonseca, «A revolta imaginária. O operariado frente ao 28 de Maio», *Revista de História das Ideias*, n.º 7, 1985, pp. 373-390.

⁹² *O Democrático*, 2 de Junho de 1926, p. 1.

⁹³ *O Democrático*, 6 de Junho de 1926, p. 1.

⁹⁴ Cf., *O Democrático*, 30 de Maio de 1926, p. 1; *Idem*, 2 de Junho de 1926, p. 1.

⁹⁵ *A Defesa*, 5 de Junho de 1926, p. 1.

⁹⁶ *Democracia do Sul*, 1 de Junho de 1926, p. 1-2.

⁹⁷ *Democracia do Sul*, de Junho de 1926, p. 1.

⁹⁸ «Pronunciamento militar», *O Distrito de Portalegre*, 30 de Maio de 1926, p. 1.

⁹⁹ «Os últimos acontecimentos», *A Rabeca*, 6 de Junho de 1926, p. 2.

¹⁰⁰ «A Postos», *A Plebe*, 30 de Maio de 1926, p. 1.

¹⁰¹ *Idem*.

intitulado «A ditadura e os ditadores»¹⁰², no qual este deputado defendia que os ditadores da República eram as minorias parlamentares, e que eram estas que exerciam a *Ditadura* no Parlamento, já que impediam a maioria de votar as leis¹⁰³. Na semana seguinte o mesmo João Camoêças apela à unidade e à resistência do P.R.P. e afirma que este golpe é mais um entre muitos que o P.R.P. já sofreu. Contudo, o partido iria sobreviver¹⁰⁴.

O Distrito de Portalegre nas semanas seguintes ao movimento militar afirma que «Portugal seguiu as pisadas da Itália e da Espanha.

Nestes dois países irmãos a ordem, a disciplina e a economia pública não são hoje palavras vans.

A par do equilíbrio financeiro registam-se obras de fomento interno e uma invejável preponderância externa, fazendo delas grandes potências mundiais»¹⁰⁵. Afirma ainda, que o movimento ao ser nacionalista obterá melhores resultados com instituições monárquicas¹⁰⁶. Defende a dissolução do Parlamento¹⁰⁷ bem como o decreto de Ditadura que deu personalidade jurídica à Igreja¹⁰⁸.

Na Anadia, o jornal monárquico *O Correio da Bairrada*, já algum tempo vinha defendendo a implantação de uma ditadura em Portugal¹⁰⁹. Por esse motivo após o golpe militar refere que «Nós não tememos as ditaduras quando elas são feitas para engrandecer a Pátria»¹¹⁰. O jornal republicano, *O Defesa de Anadia* no dia 29 de Maio de 1926 refere que se deu «Mais uma revolução»¹¹¹. Na semana seguinte (5 de Junho de 1926) declara com «algumas reservas, a sua simpatia pelos dirigentes enquanto mantiverem os propósitos de salvar a República»¹¹². No entanto, com o decorrer dos meses adoptou uma atitude mais crítica em relação à Ditadura. Comentou a ausência de iniciativas do Governo Central e da nova Câmara Municipal, e o aparecimento da censura¹¹³. O órgão do P.R.P. *Écos de Anadia* adoptou num primeiro momento «uma posição de cautela em virtude de desconhecer em que grau o movimento poderia ameaçar a República»¹¹⁴. Contudo, no dia 17 de Julho de 1926 já defende que o movimento foi efectuado contra o Partido Democrático¹¹⁵. Este jornal foi declarando progressivamente a sua hostilidade contra a Ditadura. «Finalmente, em 16-X-1926, estranhando a afirmação do Ministro da Marinha, segundo a qual «acima do exército e da Armada não há coisa nenhuma», este jornal manifesta a sua surpresa e veemente discordia, visto acima deles dever estar sempre o poder civil. E tanto bastou para que no número seguinte fosse suspenso pela Comissão de Censura»¹¹⁶.

Como podemos verificar, todos os jornais que não eram filiados no P.R.P. apoiaram claramente o movimento militar os primeiros dias¹¹⁷. Apenas os órgãos do Partido Democrático declaravam estar contra o golpe militar que depôs o seu partido do Poder. Este consenso em torno da deposição do P.R.P. do Governo, terminou progressivamente na medida em que alguns sectores das elites locais ligados aos jornais não foram chamados ao Poder, e os seus ideais não foram adoptados pela Ditadura Militar.

102 João Camoêças, «A ditadura e os ditadores», *A Plebe*, 30 de Maio de 1926, pp. 1-2.

103 *Idem*.

104 João Camoêças, «Firmes», *A Plebe*, 6 de Junho de 1926, p. 1.

105 Severino Santana Marques, «O último movimento revolucionário», *O Distrito de Portalegre*, 6 de Junho de 1926, p. 1.

106 *Idem*.

107 Severino Santana Marques, «Câmara dos Deputados» *O Distrito de Portalegre*, 13 de Junho de 1926, p. 1.

108 Severino Santana Marques, «O Novo Governo» *O Distrito de Portalegre*, 13 de Junho de 1926, p. 1.

109 Este jornal era favorável à implantação de uma «ditadura forte e consciente, capaz de governar e de fazer a limpeza da atmosfera política», *Correio da Bairrada*, 12 de Setembro de 1925, cit. por, Nuno Rosmaninho, *ob. cit.*, p. 99.

110 *Correio da Bairrada*, 10 de Junho de 1926, cit. por, Nuno Rosmaninho, *ob. cit.*, p. 99.

111 *O Defesa de Anadia*, 29 de Maio de 1926, cit. por Nuno Rosmaninho, *ob. cit.*, p. 100.

112 Nuno Rosmaninho, *ob. cit.*, p. 100.

113 *Idem*.

114 *Idem*, p. 99.

115 *Idem*.

116 *Idem*, p. 100.

117 Incluem-se neste grupo jornais com orientações muito heterogéneas: monárquicos, republicanos conservadores; republicanos de esquerda não filiados às teses do P.R.P., em especial os ligados à Esquerda Democrática.

5. A nova elite política

5.1. O caso de Évora

As elites políticas afastadas da governação durante a República pela «Ditadura Democrática», sentiram que o movimento de «28 de Maio» lhes abriu novas perspectivas de acesso ao Poder.

A designação do Dr. Máximo de Campos Rodrigues, médico, natural de Arraiolos e residente em Évora para Governador Civil desta cidade obteve o apoio claro, de católicos¹¹⁸, nacionalistas¹¹⁹, esquerdistas, e da oficialidade¹²⁰. Para todos estes «grupos», o novo governador civil era um homem extraordinário, cheio de virtudes, e bastante empreendedor. Um dos dirigentes máximos da Esquerda Democrática, o Dr. Jorge Capinha, afirmou no acto de posse do novo Governador que se sentia «satisfeito com a nomeação de S. Ex.^ª para o alto cargo de Governador Civil d'este Distrito porque estava certo, que S. Ex.^ª Cidadão republicano, não deixaria de honrar o mandato que lhe acabava de ser conferido, defendendo, no âmbito da sua esfera de acção, a República de todos os golpes com que a pretendessem ferir, quer eles surgissem á luz clara do dia, quer eles rastejassem sobrepticiamente na sombra, atraíçoando-a ou pretendendo-a derrubar.(...) Estava certo que, não só pela sua parte, como pela dos republicanos [Esquerda Democrática] que tanto mais tinha a Honra de representar, quanto era certo que constituíam a massa republicana mais numerosa do Distrito, por si e por eles, como republicanos, podia apresentar ao republicano Dr. Máximo Homem as suas melhores homenagens e mais sinceras saudações»¹²¹. Os nacionalistas embora não estando presentes no acto de posse oficialmente¹²², não deixaram de referir na *Democracia do Sul*, pelo seu líder Alberto Jordão Marques da Costa, que o novo Governador Civil não era «um vulgar homem de palanfrorio, daqueles que falam por falar e que afirmam porque a ocasião exigia uma qualquer afirmativa. Não. Tem o seu nome e a sua posição; tem as responsabilidades das pessoas que se respeitam e que não vão tombar facilmente no lamaçal para satisfazerem uma pequena vaidade ou para cevarem uma querença»¹²³. Não deixa porém de lançar um «aviso», ao novo Governador Civil, no sentido de este reconduzir os nacionalistas na nova Comissão Executiva¹²⁴.

O Governador no seu acto de posse afirmou que «ia trabalhar por conseguir realizar uma obra para o Distrito e para a República, contando para isso com a colaboração de todos». Sendo «republicano desde o banco das escolas e por conseguinte não podia trair esse seu passado, tanto mais que a Pátria e República estão bem identificadas na alma portuguesa»¹²⁵. No final da secção todos os presentes deram vivas «á Pátria, República, exército, marinha, novo governo e Portugal livre»¹²⁶.

Esta quase unanimidade apenas quebrada foi quando da designação da nova comissão executiva da Câmara Municipal. O Governador Civil nomeara uma comissão completamente nova, embora com alguns antigos vereadores do Senado. A composição da nova comissão comportava elementos das antigas

118 O novo Governador é considerado pelos católicos, «republicano convicto» embora se tenha «mantido afastado das lutas políticas, guardando em todas as energias aquela linha de imparcialidade política que de há muito o impozeram á consideração de todos os seus concidadãos, que por isso mesmo folgam de o ver hoje á frente dos negócios do Distrito». *A Defesa*, 19 de Junho de 1926, p. 1.

119 *Ci.*, *Democracia do Sul*, 11 de Junho de 1926, p. 2.

120 *Idem*.

121 *O Democrático*, 17 de Junho de 1926, p. 1.

122 O que pode ser um indicador de algumas reservas face ao novo Governador Civil. Felício Caero, referiu mesmo no acto de posse, que estava ali como republicano e não como nacionalista, pois até já deixou de estar filiado. Manuel Moniz, amigo pessoal do Dr. Máximo Homem refere também que não representa o Partido Nacionalista, embora pensasse que todos os nacionalistas o apoiavam, *Notícias d'Évora*, 17 de Junho de 1926, p. 1.

123 Alberto Jordão, «Governo do Distrito», *Democracia do Sul*, 18 de Junho de 1926, p.1.

124 Alberto Jordão refere, «E como a revolta do exército foi feita, acreditamos, no intuito, de depurar costumes, fazer guerra aos políticos desonestos e aos maus servidores da Republica, implicitamente fica a certeza de que aqueles que tenham dado provas da sua honestidade e competência administrativas serão mantidos nos seus lugares, por direito e por elementar justiça. Quando assim não fosse haveria então que constatar que os bons e os maus, os competentes e os incompetentes ficariam no mesmo nível, sem distinção nem diferença.

Caso era para se pôr em dúvida e finalidade da revolução do exército, não se preocupando com a ninharia de fazer a destrinça justa entre os homens idóneos para determinados cargos os que o não o são.

Não deseja o Sr. Governador Civil a colaboração dos partidos, considerados como tais. Os partidos estão de facto em crise». Mas, «distinguindo entre os agrupamentos políticos organizados e os seus componentes, e fazendo a afirmação da que poderão servir a República dentro dos princípios que orientem a situação política actual, o chefe do distrito soube não repelir, não escorraçar os elementos de valor que nos partidos negavelmente há e que poderão ser prestantes, tendo como garante a sua palavra e a sua honestidade». Alberto Jordão, «Governo do Distrito», *Democracia do Sul*, 18 de Junho de 1926, p. 1.

125 *O Democrático*, 17 de Junho de 1926, p. 1.

126 *Idem*.

Listas: «do concelho», da Esquerda Democrática e das Juventudes Monárquicas (eleições administrativas de 1925).

Esta notícia provocou uma onda de protestos da elite política nacionalista que se via afastada da administração da Câmara Municipal. O líder nacionalista de Évora Dr. Alberto Jordão¹²⁷ afirmou que o Sr. Dr. Máximo Homem «afastou-se do critério *republicano* apontando monárquicos para a comissão administrativa e desprezou as indicações (?) do poder central¹²⁸, reconduzindo indivíduos que faziam parte da vereação escolhida no último acto eleitoral»¹²⁹. A nova Comissão Executiva sofreu também grandes ataques políticos. O Dr. Alberto Jordão considerava dois elementos claramente monárquicos, nomeadamente Lopes da Silva e Pedro Mendes e dois elementos do antigo Senado pouco responsáveis, já que faltavam constantemente¹³⁰. As juntas de freguesias, (todas de maioria nacionalistas) também protestaram contra a designação dos novos elementos da comissão executiva¹³¹, bem como um elemento da Associação Comercial e Industrial de Évora¹³². Os nacionalistas referem inclusive, que os militares do 28 de Maio deviam estar muito atentos para a possibilidade de alguns democráticos subirem ao Poder¹³³.

O governador Civil respondeu no *Democrático*, afirmando que era «um antigo republicano, como era do conhecimento de todos.

Fez-se o movimento militar.

A 4.ª Divisão do Exército indicou o meu nome para governador civil. Aceitei esse encargo por concordar em absoluto com os fins do movimento.

Não quero saber dos políticos, o que é mais. Sou completamente estranho às trincas políticas cá do burgo, nem delas nunca me ocupei»¹³⁴. O Dr. Máximo Homem defendeu ainda os novos elementos da Comissão Executiva da Câmara Municipal ao afirmar que o Dr. Lopes da Silva «como professor do Liceu e Director da Biblioteca Pública e do Museu Regional é funcionário do Estado e não consta que tenha praticado algum acto de hostilidade á República»¹³⁵. O Governador Civil tentou ainda demonstrar que a acusação do Dr. Marques da Costa tinha apenas intuítos «políticos», na medida em que o Dr. Marques da Costa enquanto Governador Civil, «convidou para provedor da Casa Pia, o sr. Dr. Lopes da Silva»¹³⁷, reconhecendo-lhe então «qualidades republicanas»¹³⁸. Quanto ao sr. Mendes afirmou que sendo «actualmente oficial da marinha de Guerra Portuguesa e professor da Escola Industrial (...) está arregimentado a dentro da Republica»¹³⁹. Quanto á recondução de antigos vereadores esclareceu que «os srs. Mota Cerveira e António Dias, não faziam parte da Comissão Executiva transacta mas sim do Senado e, como sabe, o relatório aos actos administrativos da última Câmara só diz respeito á Comissão Executiva. Por isso, aqueles senhores, são absolutamente extranhos á forma como se geriam os negócios da Câmara de Évora, tanto mais que nunca mais desempenharam os

127 Este professor vai ser mais tarde demitido da reitoria do Liceu Central de André de Gouveia, tendo o governo nomeado o professor, José Joaquim Candéias, que tomou posse no dia 1 de Setembro, *Democracia do Sul*, 2 de Setembro de 1926, p. 4.

128 Numa circular enviada aos Governadores Cívicos, o Ministro do Interior tinha dado indicações para serem escolhidos para cargos administrativos «indivíduos de indiscutível idoneidade e republicanismo e que não tenham qualquer filiação partidária», *Democracia do Sul*, 12 de Junho de 1926, p. 4.

129 *Democracia do Sul*, 7 de Julho de 1926, p. 1.

130 *Democracia do Sul*, 7 de Julho de 1926, p. 1.

131 *Democracia do Sul*, 13 de Julho de 1926, p. 4.

132 Aureliano Mira Calhau, (antigo Nacionalista) membro da associação fez um protesto contra a nova constituição da Comissão Administrativa que ficou registado na acta da reunião da direcção, *Democracia do Sul*, 20 de Agosto de 1926, p. 2.

133 Os nacionalistas acusam os democráticos de aceitarem cargos de nomeação política, ainda que contrariando as indicações do seu directório, *Democracia do Sul*, 4 de Agosto de 1926, p. 1.

134 *O Democrático*, 11 de Julho de 1926, p. 2.

135 *Idem*.

136 Convém acrescentar que antes da nomeação dos novos corpos administrativos, o Dr. Marques da Costa tinha afirmado que o Governador Civil, «não negou, nem tinha o direito de negar aos monárquicos os direitos que lhes cabem como cidadãos portugueses», Alberto Jordão, «Governo do Distrito», *Democracia do Sul*, 18 de Junho de 1926, p. 2.

137 *O Democrático*, 11 de Julho de 1926, p. 2.

138 *Idem*.

139 *Idem*.

6. A nova elite política

6.2. O município Português

cargos de senadores, porque apenas se limitaram a tomar posse»¹⁴⁰.

O novo Presidente da Comissão Executiva Dr. Lopes da Silva defende-se das acusações, afirmando ser «completamente alheio á política e d'ai a razão de nunca me ter manifestado.

Há 18 anos que abandonei a política, se é que eu era um político, n'uma situação regeneradora e quando exercia o cargo de presidente da Câmara regeneradora-progressista-franquista.

Como funcionário do Estado tenho acatado e acatarei com o maior escrúpulo todas as leis da República e, haja alguém, com verdade que aponte qualquer acto em contrário disso»¹⁴¹.

Pedro Mendes acusou o Dr. Alberto Jordão de ter sido eleito muitas vezes à custa dos votos dos monárquicos, de ser sempre muito simpático com ele nos dias das eleições e de ter sido convidado por este para professor do liceu, não se importante então com as suas ideias monárquicas¹⁴².

Como se pode verificar, os dois «acusados», não refutaram os ideais monárquicos. Pedro Mendes deixou mesmo indicações de que possivelmente ainda partilhava esses ideais. Mas ambos, explicaram que essa não era a questão central para desempenharem bem as suas funções administrativas, já que se consideravam alheios à política, estando por isso próximos do «movimento do 28 de Maio».

O governo num primeiro momento não aceitou a recondução de nenhum antigo vereador para os novos corpos administrativos. Mas, em face dos protestos de todas as regiões, o governo cedeu às pressões da província¹⁴³. A nova comissão executiva tomou posse no dia 2 de Agosto de 1926. Era constituída pelos seguintes elementos:

- Dr. António Joaquim Lopes da Silva, professor do Liceu Central de André de Gouveia, dir. da biblioteca e museu de Évora, e antigo presidente da Câmara no final do regime monárquico (1909-1910), assumiu a presidência.
- António Agostinho Dias, lavrador¹⁴⁴ e comerciante¹⁴⁵, elemento das listas nacionalistas e monárquicas nas eleições administrativas de 1925, tendo sido eleito vereador do Senado Municipal. Assumiu os pelouros da secretaria, aquedutos, fontes, lavadouros e obras públicas;
- Vírgilio Ferreira Vieira, latoeiro¹⁴⁶, responsável dos pelouros da limpeza e saneamento;
- António Pedro Mendes, professor, oficial da Marinha de Guerra Portuguesa e secretário da comissão concelhia de Évora do Centro Católico Português¹⁴⁷. Ficou com os pelouros dos passeios, jardins e cemitério;
- Sebastião de Mello da Motta Cerveira, proprietário, elemento das listas esquerdista e monárquicas nas eleições administrativas de 1925¹⁴⁸, tendo sido eleito vereador do Senado Municipal. Ficou responsável dos pelouros da

140 *Idem*.

141 *Idem*.

142 *Idem*.

143 O Art. 4.º do Decreto 11904 de 19 de Junho de 1926 refere, «Das Comissões administrativas poderão fazer parte cidadão que pertenciam ás gerências dissolvidas».

144 Cf., Recenseamento Eleitoral de 1925. Arquivo do Governo Civil de Évora.

145 Cf., Notícias d'Évora, 22 de Novembro de 1925, p. 2.

146 Cf., Recenseamento Eleitoral de 1925. Arquivo do Governo Civil de Évora.

147 Cf., *A Defesa*, 9 de Maio de 1925, p. 2.

148 Cf., *Notícias d'Évora*, 22 de Novembro de 1925, p. 2.

iluminação, mercados e feiras;

– Inocencio de Sousa¹⁴⁹, assumiu os pelouros do teatro, instrução e expostos;

– Joaquim José Baptista, Lavrador, elemento das listas nacionalistas e monárquicas nas eleições administrativas de 1925¹⁵⁰, assumiu o matadouro.

As razões do não chamamento dos líderes principais nacionalistas ao poder são complexas¹⁵¹. Será necessário recorrer a outro tipo de fontes ainda não consultadas. Os motivos poderão talvez ser encontrados em razões de ordem pessoal, já que era o Governador Civil que indicava os nomes ao Poder Central? E possivelmente à ideia que era necessário mudar alguns nomes, como forma de regenerar a República? Bem como ao facto de alguns elementos nacionalistas terem pertencido ao Partido Democrático?

¹⁴⁹ Não foi ainda possível identificar a profissão e tendência política.

¹⁵⁰ Cf., *Notícias d'Évora*, 22 de Novembro de 1925, p. 2.

¹⁵¹ Noutros locais a elite nacionalista foi chamada novamente ao Poder, como por exemplo em Serpa.

5. A nova elite política

5.2. O caso de Portalegre

O Distrito de Portalegre defendia que os novos órgãos administrativos deviam ser ocupados por «elementos das forças económicas, do comércio, da indústria e da agricultura. Ficava certo e estava de harmonia com o espírito e programa revolucionário.

Não convidou o governo a U.I.E. a dar-lhe um ministro? Porque se não seguirá quanto às corporações o mesmo critério? Se assim não for, em que forças, além das militares, se apoiou o movimento?»¹⁵²

Este apelo da elite ligada aos interesses económicos não vai ser levada em linha de conta. O novo Governador Civil do distrito de Portalegre foi encontrado através da votação entre a oficialidade da guarnição militar de Portalegre. Os três militares mais votados, Dr. José de Andrade Sequeira médico da Armada, o Coronel Pinto Rodrigues e o Coronel Lacer Machado não aceitaram o cargo. No dia 22 de Junho de 1926 foi votado o Tenente Coronel Gaudêncio Trindade, 2.º Comandante de Artilharia de Montanha. Este oficial aceitou o cargo, embora contrariado¹⁵³. Tomou posse no dia 2 de Julho de 1926 numa cerimónia em que participaram todos os oficiais de Portalegre, no entanto nenhum político militante esteve presente¹⁵⁴.

No *Distrito de Portalegre*, defende-se a nomeação do novo governador civil. Contudo, foi questionada a opção de escolher só militares para os órgãos administrativos. O Jornal não compreendia «muito bem a razão porque inserindo no programa revolucionário a interferência das corporações económicas nos corpos administrativos»¹⁵⁵ se esqueceram de os fazer representar. «Seria lógico e talvez profícuo? Porque ninguém como elas estudam e conhecem os assuntos de fomento, únicos a atentar na actualidade»¹⁵⁶.

A *Plebe* fez «votos para que á frente do Distrito de Portalegre o Sr. Tenente Coronel Galdêncio Trindade prestigie e dignifique a República, correspondendo assim á confiança que no seu carácter e espirito militar os republicanos depositam»¹⁵⁷.

O novo Governador Civil nomeou novas comissões administrativas para as Câmaras Municipais, na sequência do decreto n.º 11875 de 13 de Julho de 1926 que dissolveu todos os corpos administrativos. Para a Junta Geral do Distrito de Portalegre foram designados cinco oficiais, o Tenente Coronel Patrício Rodrigues, os Capitães Almeida Tavares e João Dias e os Tenentes Jorge Jonet e Fernando Garção. Para a Comissão Executiva da Câmara Municipal de Portalegre foram designados seis oficiais, os capitães Sousa e Oliveira, Manuel Fidalgo, Augusto Marques e os tenentes Joaquim Relvas, Botelho de Medeiros¹⁵⁸ e João Macedo¹⁵⁹. Para presidir esta comissão foi convidado o Dr. Damião do Rio¹⁶⁰. Para as Juntas de Freguesia foram designados «cidadãos que compunham as que funcionaram nas Ditaduras Pimenta de Castro e Sidónio Pais»¹⁶¹.

¹⁵² «Corpos administrativos», *O Distrito de Portalegre*, 18 de Junho de 1926, p. 1.

¹⁵³ «A escolha da nova autoridade do Distrito», *O Distrito de Portalegre*, 27 de Junho de 1926, p. 1.

¹⁵⁴ «Governador Civil», *O Distrito de Portalegre*, 4 de Julho de 1926, p. 1.

¹⁵⁵ «Administradores do Concelho e Câmaras», *O Distrito de Portalegre*, 4 de Julho de 1926, p. 1.

¹⁵⁶ *Idem*.

¹⁵⁷ «Governador Civil», *A Plebe*, 4 de Julho de 1926, p. 2.

¹⁵⁸ Participou na tentativa revolucionária de 18 de Abril de 1925. Fundou mais tarde o semanário apoiante da Ditadura Militar, *A Região*, de que é o primeiro Director. Veja-se biografia, António Ventura, *ob. cit.*, p. 121.

¹⁵⁹ «Comissões Administrativas», *A Rabeca*, 1 de Agosto de 1926, p. 1.

¹⁶⁰ Professor e intelectual de formação católica. Veio para Portalegre em Janeiro de 1926, para tomar posse como professor do Liceu de Portalegre. Veja-se a biografia, António Ventura, *ob. cit.*, p. 119.

O Distrito de Portalegre protestou novamente pelo facto de não terem sido nomeados para os corpos administrativos elementos das forças económicas¹⁶². No entanto, afirmou que as pessoas designada eram «pessoas competentes»¹⁶³. *A Plebe* afirmou que o Governador Civil convidou a antiga Comissão Executiva para continuar a governar. Contudo, o Ministro do Interior não concordou com esta opção. Colocou-se ainda a hipótese de nomear a comissão executiva «desde que não fossem dois dos seus membros – José António Costa e João de Brito, filiados no P.R.P. e que eram os únicos vereadores da Câmara que tinham filiação partidária»¹⁶⁴. Contudo, os restantes elementos da comissão executiva não aceitaram esta hipótese¹⁶⁵.

«Na primeira sessão da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Portalegre o Sr. Tenente Miranda Relvas, um dos seus membros propoz (...) um voto de louvor á Comissão Executiva dissolvida, proposta que fez nos mais elogiosos termos para aquela»¹⁶⁶. Esta proposta foi aprovada por unanimidade. *A Plebe* criticou duramente o facto deste militar aceitar um cargo dentro da nova comissão administrativa, simultaneamente elogiar a acção da antiga comissão executiva bem como aceitar a deposição desta comissão¹⁶⁷. «A não ser que quem propoz ou quem aprovou se queira pôr, por uma questão de aspirações e interesses pessoais, na cómoda situação de estar bem simultaneamente com Deus e com o Diabo, hão-de concordar os membros da Comissão Administrativa que a partir da sua primeira sessão, o primeiro dia do exercício do mandato, a sua situação moral e política, a dentro de tais funções, começou a ser um tanto dúbia e muito milindrosa»¹⁶⁸.

O Tenente Joaquim Relvas respondeu a estas acusações em carta publicada n'*A Plebe* informando que propôs um voto de louvor à Comissão Executiva dissolvida, por esta estar a realizar «melhoramentos de vulto», por ser «amigo pessoal de alguns membros da Comissão», por «demonstrar publicamente (...) que não entrava para a Comissão Administrativa do Município em tom de guerra», e por ser «correto e bem educado»¹⁶⁹. No entanto, estava «perfeita e absolutamente integrado no movimento militar do 28 de Maio, com quanto a política administrativa resultante desse movimento não satisfaça ainda bem, sob o ponto de vista nacional, as suas aspirações de português»¹⁷⁰.

161 «Autoridades e Comissões Administrativas» *A Plebe*, 1 de Agosto de 1926, p. 2.

162 «Forças Económicas», *O Distrito de Portalegre*, 25 de Julho de 1926, p. 2.

163 «Comissão Administrativa de Portalegre», *Distrito de Portalegre*, 4 de Agosto de 1926, p. 1.

164 «Câmara Municipal», *A Plebe*, 25 de Julho de 1926, p. 2.

165 O vereador da Comissão Executiva deposta, Galiano Tavares, escreveu uma carta ao redactor d'*A Plebe* para esclarecer a situação anteriormente descrita. Galiano Tavares afirmou que o governador civil, «não obstante desejar reiterar a sua confiança á dita Comissão Executiva o não poderia fazer por a isso se opôr uma determinação alheia á sua vontade» Em relação á segunda hipótese afirma que «foi desde logo arredada porque interpretando o sentir dos demais vogais e Presidente eu informei desde logo que a Comissão Executiva se não manteria desde que não ficasse como fora eleita» Galiano Tavares, «Uma carta», *A Plebe*, 8 de Agosto de 1926, p. 1.

166 «O espírito que fez eclodir» *A Plebe*, 15 de Agosto de 1926, p. 2.

167 *Idem*.

168 *Idem*.

169 Joaquim Relvas, «Resposla a um curioso», *A Plebe*, 22 de Agosto de 1926, p. 2.

170 *Idem*.

6. Conclusão

A «Nova República Velha» foi um momento de grandes transformações nos partidos da oposição. A grande dificuldade de acesso ao Poder Local destes partidos estimulou a formação de alianças (maioritariamente de tendência conservadora) pontuais contra o partido que detinha ou ameaçava o Poder (quase sempre o P.R.P. ou o seu herdeiro natural – a Esquerda Democrática). Neste período surgiu a nível local uma nova geração de políticos «que não se reclamam do Partido Democrático ou que declaradamente o hostilizam»¹⁷¹. Este contexto criou condições para o aparecimento e consolidação do «28 de Maio» a nível local e nacional.

Houve um bom acolhimento do «28 de Maio» pela maioria da elite política não ligada aos democráticos, já que o seu principal objectivo era retirar do Poder o P.R.P.. Porém, este consenso vai desfazendo-se à medida em que a Ditadura Militar ia clarificando melhor os seus objectivos, e as elites locais ligadas a alguns sectores políticos (esquerdistas, operários e por vezes conservadores) não chegaram ao Poder.

Em todos os casos conhecidos, houve depois do golpe militar a nomeação para os cargos administrativos de uma elite local conservadora. Esta elite reflectia ainda a heterogeneidade do Movimento. Nalguns locais onde os conservadores detinham o Poder Local foi reconduzida a mesma elite política¹⁷². No entanto, noutros concelhos foi nomeada uma nova elite¹⁷³, distante dos políticos conservadores que detinham o Poder no final da I República¹⁷⁴. Em locais onde os democráticos, ou outras forças de esquerda ocupavam a Comissão Executiva foi nomeada a oposição conservadora¹⁷⁵, ou foram designados elementos distantes da política durante a I República.

Na cidade de Évora e Portalegre foram nomeadas elites conservadoras relativamente afastadas da política durante a I República para cargos políticos locais¹⁷⁶. Esta situação deve-se possivelmente ao facto de serem capitais de distrito, tendo uma elite mais diversificada e preparada para assumir lugares de direcção política e administrativa do que nos casos já referidos anteriormente¹⁷⁷. Pode-se ainda referir que era o administrador do concelho que indicava os nomes ao Governador Civil, para as novas Comissões Executivas das Vilas. O Governador possivelmente desconhecia as actividades de alguns elementos propostos, para as vilas¹⁷⁸. Porém isso já não acontecia em Évora e em Portalegre. As elites políticas locais não era muito numerosas. Vários cidadãos influentes a nível local participaram em duas listas partidárias nas eleições administrativas de 1925, o que nos indica uma escassa margem de recrutamento político¹⁷⁹. Este facto é também confirmado pelas nomeações das novas Comissões Executivas das Câmaras Municipais, após o «28 de Maio», que contêm alguns elementos ligados às antigas vereações e aos partidos políticos, coisa que num primeiro momento o Poder Central queria evitar.

171 João B. Serra, «Os poderes locais: administração e política no 1.º quartel do séc. XX», *ob. cit.*, p. 276.

172 Em Serpa num primeiro momento, o governador civil de Beja não estava disposto a nomear a mesma comissão administrativa nacionalista que tinha sido deposta. Embora depois tenha aceite nomear-la certamente devido às muitas pressões que sofreu, (*Democracia do Sul*, 14 de Agosto de 1926, p. 4; *Idem*, 15 de Agosto de 1926, p. 4; *Idem*, 17 de Agosto de 1926, p. 4). Nas Caidas da Rainha a Comissão executiva era constituída por independentes e por um nacionalista. Esta comissão foi reconduzida com a inclusão de mais um elemento nacionalista. cf. João B. Serra, «Caidas da Rainha, 1887-1927», in *Terras de Águas: Caidas da Rainha, História e Cultura*, Caidas da Rainha, Câmara Municipal, 1993, pp. 441-442. Em Torres Novas alguns elementos da antiga vereação, de maioria católica e nacionalista permaneceram no nova comissão, pese embora «o administrador do concelho tenha referido que escolheu nomes tanto quanto possível fora dos partidos», Mário Lopes dos Santos, *Torres Novas na Primeira República*, Serviços Culturais da Câmara de Torres Novas, 1992, p. 137. Na realidade praticamente todos os elementos tinham tido participação política activa. Convém ainda salientar que um elemento democrático participou na nova comissão executiva (*ibidem*), o que vai ao encontro de algumas críticas dos elementos nacionalistas de Évora, quanto ao facto de alguns democráticos terem chegado ao Poder após o «28 de Maio», quando antes estavam afastados dele.

173 É o caso de Évora. Os motivos que levaram à nomeação de uma nova elite política poderão talvez ser encontrados em razões de ordem pessoal, relacionadas com problemas a nível local, entre os diferentes líderes políticos? Veja-se Manuel Baião, *Elites políticas locais na transição da I República para a Ditadura Militar (1925/1926)*, O caso de Évora, Trab. pol., F.C.S.H./U.N.L., 1996.

174 Já que o Movimento tinha-se feito também contra os políticos. Era necessário por isso, onde fosse possível, nomear novos políticos como forma de regenerar a República.

175 Loures enquadra-se neste quadro teórico. A comissão executiva era democrática antes do «28 de Maio», e passa para as mãos da oposição nacionalista, João Bernardino Gomes Resa, «Loures e a República Democrática 1910-1926», in *Loures. Tradição e Mudança*, Vol. II, Câmara Municipal de Loures, Loures, 1986, pp. 56-57.

176 Em Portalegre a elite política democrática foi afastada do Poder e em seu lugar ficou uma elite conservadora maioritariamente militar, embora afastada dos partidos políticos conservadores locais. Não foram chamados para o Poder elementos dos interesses económicos, como solicitava *O Distrito de Portalegre*, porque possivelmente, a maioria destas tinham ligações aos ideais monárquicos, o que os afastava do «28 de Maio». A preponderância da elite militar é justificada pela nomeação do Governador Civil – Tenente Coronel Gaudêncio Trindade, que deve ter nomeado homens da sua confiança pessoal. Este perfil militar é curiosamente uma novidade nos estudos realizados sobre a nova elite política local após o «28 de Maio».

177 Geralmente vilas de média dimensão onde a elite política seria muito mais escassa, tendo o Governador Civil de escolher a elite ligada aos partidos conservadores.

178 Veja-se o exemplo do administrador do concelho de Torres Novas, que ao indicar ao Governador Civil de Santarém os novos elementos da Comissão Executiva diz que eram «indivíduos honestos e tanto quanto possível afastados de partidos políticos». Quando na verdade praticamente todos tinham participação política activa. Mário Lopes dos Santos, *ob. cit.*, 316-317.

179 Devido certamente a escassez de quadros médios e superiores.